

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	13
1. Noções iniciais e definição.....	13
2. Limites.....	15
3. Complementação, agrupamento e transferência do excedente dos salários de contribuição.....	29
3.1. Cálculos	115
4. Delimitação.....	118
5. Composição	125

CAPÍTULO II

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	147
1. Introdução	147
2. Natureza jurídica	148
3. Aspecto material e temporal do fato gerador..	149
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS.....	150
4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	150
4.1.1. Cálculos.....	155
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo.....	157
4.2.1. Cálculos	176
4.3. Segurado especial.....	177
4.3.1. Cálculos	182
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa	182
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos	184
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais	194
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho	196
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	199
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico	202
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal.....	204
7.1. Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional..	204

7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	204
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ).....	211
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.	215
9. Arrecadação.....	240
10. Parcelamento.....	251
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento.....	255
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra.....	255
13. Hipóteses de responsabilização solidária.....	258
13.1. Construção civil.....	259
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico..	260
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta	261
13.4. Administração Pública	261
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra	262
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados.....	262
13.7. Oficial de Cartório e contratantes.....	262
13.8. Trabalho temporário.....	262
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	262
15. Certidão negativa de débito	266
16. Obrigações acessórias da empresa	268
17. Das infrações administrativas.....	271
18. Códigos de receita de contribuição previdenciária (GPS).....	272

CAPÍTULO III

SALÁRIO DE BENEFÍCIO, FATOR PREVIDENCIÁRIO E RENDA MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	285
1. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição.....	285
1.1. Cálculos	298
2. Fator previdenciário.....	306
2.1. Cálculos	314
3. Salário de benefício NA LEI 8.213/91 e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	318
3.1. Microfichas do antigo INPS	454
3.2. Cálculos	457

4.	Salário de benefício na emenda 103/2019 e divisor mínimo de 108 salários.....	464	5.1.1.	Cálculos	602
4.1.	Cálculos	471	5.2.	Artigo 16 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	616
5.	Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes	491	5.2.1.	Cálculos	619
5.1.	Cálculos	495	5.3.	Artigo 17 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	624
6.	Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica	501	5.3.1.	Cálculos	627
6.1.	Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	502	5.4.	Artigo 18 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	635
6.2.	Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	502	5.4.1.	Cálculos	638
6.3.	Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	503	5.5.	Artigo 20 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	644
6.4.	Lei Complementar 11/1971.....	504	5.5.1.	Cálculos	646
6.5.	Lei 5.890/1973.....	507	5.6.	Artigo 21 – aposentadorias especiais por agentes nocivos – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	651
6.6.	Lei 6.179/1974.....	507	5.6.1.	Cálculos	654
6.7.	Lei 6.210/1975.....	507	6.	Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	668
6.8.	Lei 6.260/1975.....	507	6.1.	Cálculos	673
6.9.	Lei 6.367/1976.....	509	7.	Salário-família	678
6.10.	Constituição Federal de 1988 (texto original).....	510	8.	salário-maternidade	681
6.11.	Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores	510	8.1.	Cálculos	688
6.12.	Emenda 20/1998	512	9.	Auxílio-acidente	689
6.13.	Emenda 103/2019.....	512	9.1.	Cálculos	694
CAPÍTULO IV			10.	Pensão por morte.....	696
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS: REGRAS BÁSICAS E CÁLCULO DA RENDA MENSAL			10.1.	Cálculos	715
1.	Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez)	516	11.	Auxílio-reclusão	717
1.1.	Cálculos	532	11.1.	Cálculos	728
2.	Aposentadoria programada.....	537	12.	Abono anual.....	729
2.1.	Cálculos	550	12.1.	Cálculos	730
3.	Regras básicas da extinta aposentadoria apenas por tempo de contribuição sem idade mínima	552	CAPÍTULO V		
3.1.	Cálculos	556	TEMAS GERAIS SOBRE BENEFÍCIOS		
4.	Aposentadorias especiais	564	731		
4.1.	Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	565	1.	Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios e programas de revisão.....	731
4.1.1.	Cálculos	574	2.	Autotutela da Administração Pública Previdenciária	742
4.2.	Aposentadoria especial dos deficientes... ..	586	3.	Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento.....	755
4.2.1.	Cálculos	588	3.1.	Prescrição quinquenal	756
5.	Regras de transição das aposentadorias – Emenda 103/2019	597			
5.1.	Artigo 15 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	597			

3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários	781
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário	801
3.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019	802
4. Reajustamento da renda mensal inicial	808
4.1. Cálculos	900
5. Acumulação	908
5.1. Cálculos	922
6. Descontos legalmente autorizados	923
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios	961
8. Direito Adquirido	961
8.1. Cálculos	976
9. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela união	989
10. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada	999
11. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários	1000
11.1. Cálculos	1013
12. Valor da causa em ações previdenciárias	1014
12.1. Cálculos	1015
13. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias	1018
13.1. Cálculos	1023

CAPÍTULO VI

RENÚNCIA DA APOSENTADORIA (DESAPOSENTAÇÃO DIRETA E INDIRETA) E DE OUTROS BENEFÍCIOS

1. Considerações sobre a tese da renúncia de benefícios	1027
2. Cálculos	1042

CAPÍTULO VII

READEQUAÇÃO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO PELOS NOVOS TETOS DAS EMENDAS 20/1998 (R\$ 1.200,00) E 41/2003 (R\$ 2.400,00)

1. considerações sobre a tese	1047
2. cálculos	1066

CAPÍTULO VIII

DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO (ANTECIPAÇÃO DE DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO)...

1. Considerações sobre a tese	1097
2. Cálculos	1102

CAPÍTULO IX

REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Revisão com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77)	1134
1.1. Considerações gerais	1134
1.2. Cálculos	1139
2. Revisão fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79)	1143
2.1. Considerações gerais	1143
2.2. Cálculos	1145
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do tribunal federal de recursos)	1148
3.1. Considerações gerais	1148
3.2. Cálculos	1150
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da constituição de 1988)	1153
4.1. Considerações gerais	1153
4.2. Cálculos	1153
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, § 5º, da constituição federal)	1155
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da lei 8.213/91 – “Buraco Negro”)	1156
6.1. Considerações gerais	1156
6.2. Cálculos	1159
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	1166
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	1166
9. Revisão de benefício na conversão da urv (Lei 8.700/93)	1167
9.1. Considerações gerais	1167
9.2. Cálculos	1168
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário e benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “Buraco Verde”)	1169
10.1. Considerações gerais	1169
10.2. Cálculos	1170
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94)	1170
11.1. Considerações gerais	1170
11.2. Cálculos	1172

12.	Revisão de benefício com a inserção do <u>irsm</u> de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94)	1173	21.	Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	1235
12.1.	Considerações gerais	1173	21.1.	Considerações	1235
12.2.	Cálculos	1179	21.2.	Cálculos	1238
13.	Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001.....	1181	22.	Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para acrescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade	1242
14.	Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	1182	22.1.	Considerações gerais	1242
15.	Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	1184	23.	Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário	1242
16.	Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença (artigo 29, § 5º, da Lei 8.213/91)	1186	23.1.	Considerações gerais	1242
17.	Revisão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição).....	1189	23.2.	Cálculos	1247
17.1.	Considerações gerais	1189	24.	Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	1253
17.2.	Cálculos	1208	24.1.	Considerações gerais	1253
18.	Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário.....	1213	24.2.	Cálculos	1254
18.1.	Considerações gerais	1213	25.	Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao plano real (julho/1994) (revisão da vida toda)	1260
18.2.	Cálculos	1214	25.1.	Considerações gerais	1260
19.	Revisão com base em decisão da justiça do trabalho.....	1214	25.2.	Cálculos	1270
19.1.	Considerações gerais	1214	26.	Revisão do salário de benefício nas atividades laborais concomitantes.....	1285
19.2.	Cálculos	1222	26.1.	Considerações gerais	1285
20.	Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98.....	1223	26.2.	Cálculos	1293
20.1.	Considerações gerais	1223	27.	Revisão do salário de benefício para a inclusão no período básico de cálculo da competência (mês) da concretização do risco social.....	1298
20.2.	Cálculos	1226	27.1.	Considerações gerais	1298
			27.2.	Cálculos	1300
			REFERÊNCIAS	1303	